

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

O CASO DO INVESTIMENTO ESPANHOL EM PORTUGAL

JOÃO FERRÃO
MARIA LUCINDA FONSECA

1. OS VENTOS QUE SOPRAM DE ESPANHA: NOVO RUMO PARA AS RELAÇÕES LUSO-ESPANHOLAS

«De Espanha, nem bom vento nem bom casamento!». Este velho dito popular sintetiza de forma eloquente o quadro tradicional do relacionamento entre os dois países ibéricos. No entanto, os pedidos de adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia (C. E. E.), em finais dos anos setenta, e, sobretudo, a sua integração efectiva no espaço comunitário, em 1986, anunciam e potenciam uma nova era nas relações económicas luso-espanholas.

Um relance sobre a evolução recente do comércio externo e dos investimentos directos bilaterais dá testemunho inequívoco dessa mudança.

Em 1970 a Espanha representava apenas 1,6 % do total das exportações e 4,4 % das importações portuguesas; em 1980 os valores equivalentes ascendiam a 3,6 % e 5,5 % respectivamente; em 1986 conquistou o segundo lugar na hierarquia dos mercados fornecedores de Portugal, posição que consolidou em 1987 e 1988.

O avanço da economia espanhola em relação à portuguesa tem-se traduzido por um agravamento, para Portugal, do défice das trocas entre os dois países. No entanto, nos últimos anos, o volume de vendas de produtos nacionais a Espanha

creceu a um ritmo superior ao das compras e, por isso, tem-se observado uma evolução favorável do coeficiente de cobertura das importações pelas exportações (quadro 1).

QUADRO 1

Evolução global do comércio externo português e das trocas bilaterais com Espanha (1970-1988)

Anos	Exportações (F. O. B.) (1000 con- tos)	Importações (C. I. F.) (1000 con- tos)	Coeficiente cobertura (100×exp./ /imp.)	Exporta- ções para Espanha (%)	Impor- tações de Espanha (%)	Coefi- ciente de cobertura Espanha (%)	Contrib. da Esp. para o défice global (%)
1970	27 299	45 495	60,0	1,6	4,4	22,3	8,5
1971	30 248	52 416	57,7	2,7	4,8	20,6	9,0
1972	35 255	60 648	58,1	2,1	5,0	24,2	9,0
1973	45 410	74 775	60,7	2,2	5,4	25,1	10,4
1974	58 014	118 095	49,1	2,1	4,5	22,4	6,9
1975	49 328	99 474	49,6	2,7	4,2	32,1	5,6
1976	55 088	130 859	42,1	2,1	4,7	19,0	6,5
1977	77 685	190 684	40,7	2,1	4,8	17,5	6,7
1978	106 451	230 128	46,3	2,1	5,4	18,0	8,3
1979	176 051	331 927	53,0	2,9	5,8	26,3	9,1
1980	231 623	475 486	48,7	3,6	5,5	31,9	7,3
1981	256 913	609 014	42,2	2,9	6,6	18,3	9,3
1982	331 743	753 981	44,0	3,5	6,0	25,8	8,0
1983	508 569	899 340	56,6	4,0	5,1	44,1	6,6
1984	760 580	1 160 633	65,5	4,4	7,1	40,5	12,3
1985	971 747	1 326 528	73,3	4,1	7,4	41,1	16,3
1986	1 882 259	1 442 496	75,0	6,6	10,9	45,6	23,7
1987	1 311 003	1 965 315	66,7	9,0	11,7	51,4	17,1
1988(*)	1 556 900	2 496 200	62,4	11,4	13,5	52,7	16,9

(*) Estimativa.

Fonte: Banco de Portugal.

Os desníveis de potencial produtivo e de dimensão dos mercados internos entre ambos os países reflectem-se ainda no efeito diferencial do reforço dos fluxos comerciais luso-espanhóis na geometria das relações económicas externas de cada um. Isto é, enquanto Espanha tende a substituir cada vez mais, relativamente a Portugal, o papel dos estados mais

desenvolvidos da Comunidade Económica Europeia ⁽¹⁾, conquistando lugares de relevo quer como comprador, quer como fornecedor do nosso país, Portugal permanece como um parceiro secundário no conjunto do comércio externo espanhol.

Acompanhando a evolução que se tem observado ao nível mundial, uma parte significativa do comércio entre os estados ibéricos desenvolve-se entre empresas pertencentes a grupos económicos transnacionais, representados no nosso país, em Espanha ou em ambos ⁽²⁾.

De facto, nos últimos anos, assistiu-se a uma intensa penetração, em Portugal, do investimento directo espanhol, quer de filiais de multinacionais localizadas no país vizinho, quer de empresas de base espanhola.

Em 1984, o investimento directo proveniente de Espanha representava apenas 2,3 % do total do investimento directo estrangeiro em território nacional; em 1986, atingiu 11,1 % e, em 1987, ascendeu a 20,1 %, conquistando o primeiro lugar no grupo dos investidores estrangeiros desse ano. Em 1988 verificou-se uma quebra acentuada em termos relativos mas, em valor absoluto, o decréscimo foi bastante menor (quadro 2).

A importância crescente do investimento espanhol no nosso país tem sido acompanhada por um grande aumento do número de empresas com capitais provenientes de Espanha: 232 em 1982, 445 em 1987 e 660 nos finais de 1988, segundo notícias publicadas na comunicação social com base em valores divulgados pelo Banco de Fomento Nacional.

Do lado português, tem-se observado também um significativo acréscimo do investimento em Espanha. Segundo dados do Banco de Portugal, em 1984, o investimento nacional em território espanhol não ia além de 0,8 % do total do investimento no estrangeiro mas, em 1987, representou já 6,5 %, correspondendo ao terceiro destino entre os estados membros

⁽¹⁾ Fornecendo, por exemplo, bens de equipamento.

⁽²⁾ Em 1987, algumas das empresas com participação de capital espanhol representadas em Portugal contaram-se entre as maiores exportadoras nacionais. De entre elas salienta-se a Renault Portuguesa, que ocupava o segundo lugar na hierarquia das firmas exportadoras, e, a grande distância desta, embora ainda em posição destacada, situavam-se a Covina e a Tudor (acum.), respectivamente no 59.º e 66.º lugares (informação referida no semanário *O Jornal* em 8/12/88).

QUADRO 2

Investimento estrangeiro em Portugal, por países de origem
(1984-1988) (%)

	1984	1985	1986	1987	1988
CEE	37,9 (*)	68,9 (*)	68,5	72,6	73,6
Reino Unido	9,7	41,7	22,4	23,8	26,7
França	11,9	8,3	9,5	7,9	8,5
Espanha	2,3	3,6	11,1	20,1	7,6
Holanda	4,2	5,0	1,6	3,1	7,4
RFA	4,2	3,6	14,8	5,5	6,0
Outros	5,6	6,7	9,1	12,2	17,4
EUA	35,0	14,7	7,7	11,2	13,8
Suíça	10,1	5,5	15,8	4,1	5,5
Japão	3,8	0,0	1,0	2,5	1,3

(*) Inclui a Espanha.

Fonte: Instituto do Investimento Estrangeiro.

da C. E. E. e aproximando-se dos países africanos de língua oficial portuguesa (P. A. L. O. P.), que receberam apenas 8,4 % (quadro 3).

QUADRO 3

Investimento directo de Portugal no estrangeiro
(1984-1987)

	1984	1985	1986	1987
CEE	15,5 (*)	8,1 (*)	25,1	63,2
RFA	0,0	1,5	1,0	0,6
Espanha	0,8	2,8	5,4	6,5
França	0,2	1,2	9,8	18,1
Itália	0,2	0,1	0,0	0,1
Reino Unido	13,7	1,8	3,3	21,8
Outros	0,5	0,6	5,7	16,2
EUA	13,4	29,2	7,7	11,2
PALOP	43,0	27,4	3,9	8,4

(*) Inclui a Espanha.

Fonte: Banco de Portugal.

No entanto, importa salientar que, em valor absoluto e sobretudo em percentagem do investimento estrangeiro em Espanha, o montante do investimento português no país vizinho pode considerar-se insignificante (quadro 4). Apesar disso, assinala-se uma redução sensível da razão entre o volume do investimento espanhol em Portugal e do investimento nacional em Espanha: 69,2 em 1984 e 10,8 em 1988.

QUADRO 4

Investimentos bilaterais Portugal-Espanha (1984-1988)

Anos	Investimento português em Espanha		Investimento espanhol em Portugal		Investimento espanhol em Portugal/ /invest. português em Espanha
	Valor 10 ⁶ pesetas	% do I. D. E. em Espanha	Valor 10 ⁶ pesetas	% do invest. espanhol no estrangeiro	
1984	68	0,03	4 706	9,6	69,2
1985	97	0,04	2 732	6,4	28,2
1986	292	0,09	6 322	9,5	21,7
1987	646	0,12	11 323	11,3	17,5
1988	1 314	0,20	14 180	6,2	10,8

Fonte: Boletín Económico de Información Comercial Española, citado por: SIMÕES, 1989, p. 30.

A evolução observada nas relações económicas entre os países ibéricos, no quadro da integração na C. E. E., faz antever que a progressiva liberalização das trocas comerciais e dos fluxos de capital bilaterais, juntamente com o estabelecimento do Mercado Único Europeu, a partir de 1992, irão certamente reforçar as ligações entre ambas as economias, consolidando a inversão da tendência secular de afastamento mútuo.

Neste contexto, o futuro das relações bilaterais Portugal-Espanha será, em grande medida, ditado pela estratégia que as multinacionais adoptarem na sua implantação e expansão na Península Ibérica. No entanto, o dinamismo e agressividade demonstrados pela economia espanhola nos últimos anos alargaram substancialmente o avanço da Espanha em relação

a Portugal (mesmo relativizado pela diferença de dimensão dos dois países) e, por isso, a Espanha, beneficiando das vantagens de proximidade geográfica e de complementaridade nalguns sectores, tenderá a afirmar-se como principal fornecedor e cliente do mercado nacional, ao mesmo tempo que reforçará a sua posição no conjunto dos investidores estrangeiros em Portugal, particularmente dos provenientes da Europa comunitária.

Perante este cenário, o futuro papel de Portugal na divisão internacional do trabalho dependerá da capacidade de modernização da economia nacional, desenvolvendo novas vantagens comparativas, vencendo o atraso tecnológico, aumentando a capacidade de inovar e sabendo tirar proveito da situação de vizinhança no fortalecimento de relações de complementaridade intersectorial ou inter-regional com o território espanhol.

2. ESTRATÉGIAS DE PENETRAÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO ESPANHOL EM PORTUGAL

A entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia em 1 de Janeiro de 1986, juntamente com a Espanha, formaliza e consolida um modelo de desenvolvimento extrovertido, apoiado na especialização produtiva, na expansão de um sector exportador e no investimento directo estrangeiro.

A abertura da economia portuguesa ao investimento directo estrangeiro, esboçada no início da década de sessenta, conheceu um surto espectacular até ao deflagrar da crise económica internacional e ao derrube da ditadura portuguesa.

Nos anos oitenta, ultrapassado o embate da instabilidade política em que se viveu após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e iniciada a recuperação da economia mundial, verificou-se um crescimento acelerado do investimento directo estrangeiro no nosso país. A Espanha, como já referimos, tem-se revelado particularmente agressiva, conquistando importantes posições no grupo dos investidores internacionais, e tudo leva a crer que tenderá a alargar a sua participação global e sectorial.

A penetração do investimento directo espanhol tem-se feito por duas vias distintas: através de filiais de multinacionais localizadas em Espanha, sobretudo francesas mas tam-

bém de outros países (E. U. A., Koweit, etc.), e a partir de capitais de base espanhola.

Segundo informações divulgadas pelo Instituto do Investimento Estrangeiro (I. I. E.), o investimento via Espanha representou cerca de 30 % do investimento directo espanhol no quinquénio 1984-1988. Além disso, importa ainda salientar que os investimentos de empresas espanholas são, em regra, bastante menores que os efectuados por transnacionais representadas no país vizinho. Assim, enquanto o valor médio dos projectos de base espanhola aprovados em 1988 não atingiu 34 000 contos, a média global foi da ordem dos 75 000 (SIMÕES, 1989, p. 38).

Duas listagens ⁽³⁾ das empresas com representação de capital espanhol (base ou via Espanha) existentes em Portugal em meados de 1988, divulgadas respectivamente pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e pelo Banco de Fomento Nacional, permitem concretizar melhor a dimensão dos empreendimentos espanhóis em território nacional.

O capital social médio das 413 empresas para as quais havia informação era da ordem dos 82 000 contos, o investimento estrangeiro médio representava 50 862 e o espanhol ficava-se pelos 34 222 milhares de escudos.

A distribuição das empresas, por classes de capital social, investimento estrangeiro e espanhol, é bastante mais esclarecedora, na medida em que os valores médios são fortemente influenciados por cinco empreendimentos de grande dimensão que totalizam, só por si, 40 % do investimento espanhol em Portugal (Renault Portuguesa, Vidreira do Mondego, Covina, Hispano Americano — Sociedade de Investimento S. A. e Bilbao — Sociedade de Investimentos, S. A.).

As participações inferiores à média correspondem a 70 % do total, 63,9 % são menores que 5000 contos e as mais pequenas oscilam entre os 2500 e os 5000 milhares de escudos (20,1 %) (quadro 5).

Se analisarmos o capital social, ou mesmo o investimento estrangeiro global, pode verificar-se que, apesar de predominarem as pequenas e médias iniciativas, a frequência relativa

⁽³⁾ Agradecemos à D.^{ra} MERCEDES BORGES a amabilidade de nos ter facultado esta informação.

QUADRO 5

Distribuição das empresas com participação espanhola, segundo o capital social, o total de investimento estrangeiro e o investimento espanhol (1988)

Classes de capital social, investimento estrangeiro e investimento espanhol (1000 escudos)	Distribuição segundo o capital social		Distribuição segundo total de invest. estr.		Distribuição segundo o invest. espanhol	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
< 100	2	0,5	6	1,5	21	5,1
100-250	5	1,2	19	4,6	21	5,1
250-500	31	7,5	30	7,3	33	8,0
500-1 000	33	8,0	40	9,7	41	9,9
1 000-2 500	40	9,7	63	15,3	65	15,7
2 500-5 000	87	21,1	86	20,8	83	20,1
5 000-10 000	68	16,5	49	11,9	47	11,4
10 000-20 000	45	10,9	34	8,2	35	8,5
20 000-50 000	40	9,7	36	8,7	32	7,7
50 000-100 000	24	5,8	24	5,8	18	4,4
100 000-200 000	11	2,7	5	1,2	4	1,0
200 000-400 000	10	2,4	7	1,7	3	0,7
400 000-800 000	9	2,2	10	2,4	8	1,9
800 000-1 000 000	2	0,5	1	0,2	0	0,0
1 000 000-2 000 000	4	1,0	2	0,5	2	0,5
2 000 000-5 000 000	1	0,2	1	0,2	0	0,0
5 000 000-10 000 000	1	0,2	0	0,0	0	0,0
TOTAL	413	100,0	413	100,0	413	100,0

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e Banco de Fomento Nacional (com tratamento próprio).

das classes inferiores é substancialmente menor que a observada para os capitais espanhóis (quadro 5).

Contudo, deve assinalar-se que algumas das grandes empresas espanholas, dos mais variados ramos, estão directa ou indirectamente presentes em Portugal. A actual dimensão média relativamente reduzida não significa que sejam apenas as pequenas e médias empresas espanholas que estão a investir em Portugal, mas sim que se está numa fase inicial que sugere uma forte expansão nos próximos anos, com a abolição das barreiras alfandegárias e a expansão do Mercado Único.

Ao mesmo tempo que os investimentos de grande vulto têm vindo a aumentar, observam-se também modificações importantes ao nível sectorial.

No quadro 6 pode verificar-se que o investimento directo espanhol se tem orientado predominantemente para a indústria transformadora, situando-se sempre acima dos 70 % do valor global no período 1984-87. Em 1988, apesar da forte quebra no seu peso relativo, este sector absorveu ainda perto de 60 % do investimento total. No entanto, é necessário tomar em conta que os investimentos via Espanha contribuem significativamente para reforçar o peso das indústrias transformadoras, nomeadamente do ramo automóvel.

QUADRO 6

Investimento espanhol em Portugal, por ramos de actividade (1984-1988) (%)

Ramos de actividade	1984	1985	1986	1987	1988
Agricultura e pescas	0,0	1,1	1,9	0,3	3,3
Indústria extractiva	0,0	0,0	2,4	0,6	0,3
Indústria transformadora	75,8	70,3	75,5	71,1	57,1
Construção civil	3,5	3,1	0,1	0,3	2,6
Comércio, restaurantes e hotéis	19,9	23,7	16,3	6,0	24,3
Transportes e comunicações	0,5	0,9	1,2	1,0	1,0
Banca, seguros e operações sobre imóveis	0,3	0,9	2,4	20,2	10,9
Serviços diversos	0,0	0,0	0,1	0,5	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto do Investimento Estrangeiro.

O comércio, restaurantes e hotéis têm atraído também uma larga fatia do investimento espanhol, com valores que, no período 1984-88, com excepção para o ano de 1987, rondaram os 20 % do total (quadro 6).

Algumas empresas de base espanhola têm penetrado em Portugal pela via da comercialização, procurando, desta forma, alargar as vendas de produtos espanhóis no nosso país. No entanto, em diversos casos, a implantação pela via do comércio grossista constitui o primeiro passo para posterior produção em Portugal, como, por exemplo, nos sectores do calçado, vestuário, etc.

Uma parcela considerável do investimento de base espanhola (cerca de 30 % no triénio de 1986-88) dirigiu-se também

para indústrias que têm por base o aproveitamento de recursos naturais — conservas de peixe, madeira, rochas ornamentais e cerâmica (SIMÕES, 1989, p. 39).

Recentemente têm também começado a destacar-se os investimentos em actividades mais especulativas: sociedades de investimentos imobiliários, empresas financeiras, etc.

O quadro 7 sintetiza a informação sectorial que foi possível sistematizar para o conjunto das empresas com participação de capital espanhol, instaladas em Portugal em meados de 1988, de acordo com as duas listagens anteriormente referidas.

Em número de estabelecimentos, são predominantes as actividades do sector secundário e o comércio grossista. Mas, se tomarmos em conta o capital social, o investimento estrangeiro global ou mesmo o investimento espanhol, a indústria transformadora é francamente maioritária.

Em média, os investimentos espanhóis de maior volume dirigem-se para o sector financeiro, operações sobre imóveis e serviços diversos e para a indústria transformadora. Contudo, se considerarmos o capital social ou a participação estrangeira total, os maiores empreendimentos são de natureza industrial (*).

As aplicações de capital proveniente de Espanha efectuadas na agricultura, pesca e indústria extractiva correspondem, em média, às iniciativas de menor dimensão, não chegando a atingir os 7000 contos. Além disso, se se tiver presente que apenas uma empresa (KIWI — Ibéria, Sociedade Agrícola, Lda.) representa 40% do investimento do país vizinho neste sector, facilmente se dá conta do reduzido montante de grande parte dos investimentos agrícolas e mineiros.

A penetração espanhola no comércio por grosso e a retalho tem-se feito também através de um grande número de projectos de pequena e média dimensão, total ou maioritariamente espanhóis. A participação de Espanha em empreendimentos de maior vulto tende a ser relativamente reduzida e, por isso,

(* O valor do capital social médio dos estabelecimentos de comércio a retalho, restaurantes e hotéis é superior ao da indústria. Contudo, isso é devido ao forte peso da Sociedade Estoril Sol, que representa 89,6% do capital social do ramo.

QUADRO 7

Estrutura sectorial e dimensão média das empresas com participação de capital espanhol (1988)

Ramos de actividade	Empresas (%)	Capital social % (¹)	Investim. estrangeiro % (¹)	Investim. espanhol % (¹)	Capital social médio (1000 escudos)	Invest. estrang. médio (1000 escudos)	Invest. esp. médio (1000 escudos)
Agricultura, pesca e indústria extractiva	4,3	0,5	0,6	0,9	9 214,7	6 598,2	6 598,2
Indústria transformadora e construção civil	36,0	63,7	62,7	57,4	141 374,4 (²)	88 337,4 (²)	54 405,6 (²)
Comércio grossista de apoio às act. económicas	13,7	3,5	4,9	5,3	20 043,0	17 916,0	12 231,1
Comérc. gros. de apoio a retalhistas/cons. final	21,1	6,9	10,0	6,2	26 097,7 (¹)	24 217,2 (¹)	10 086,7 (²)
Comércio a retalho, restaurantes e hotéis	3,4	6,5	1,2	1,4	153 135,7	17 533,4	13 638,7
Transportes e comunicações	6,2	3,7	3,3	4,9	45 959,6	26 768,1	26 447,3
Banca, seg., oper. sobre imóveis e serv. diversos	15,3	15,4	17,4	24,0	83 328,0 (²)	59 818,6 (²)	55 678,0 (²)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	80 084,6 (¹)	50 862,3 (¹)	34 223,0 (¹)

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e Banco de Fomento Nacional (com tratamento próprio).

(¹) Não há informação para quatro empresas.

(²) Não há informação para uma empresa.

(³) Não há informação para duas empresas.

o investimento estrangeiro médio, particularmente no ramo do comércio grossista destinado a retalhistas/consumo final, é equivalente a mais do dobro do investimento espanhol.

As empresas de transportes e comunicações representam apenas 4,9 % do investimento directo proveniente do país vizinho, o que em número de estabelecimentos corresponde a uma parcela um pouco superior — 6,2 %. No que se refere ao investimento médio originário de Espanha, embora inferior ao que se observa para o conjunto das empresas estudadas, é o ramo que menos se afasta da média geral e, tal como em todos os grupos de actividades consideradas (excepto o comércio grossista de apoio a retalhistas/consumo final), corresponde a mais de metade do investimento estrangeiro médio, ultrapassando, em muitos casos, os 75 %.

A distribuição das empresas segundo a origem do capital social, representadas no quadro 8, que fornece uma visão de síntese, ajuda a esclarecer as principais estratégias de penetração do investimento procedente de Espanha.

Como se vê, as empresas exclusivamente espanholas equivalem a mais de um terço do total e, em 71,4 % dos casos, o investimento originário de Espanha oscila entre 50 e 100 % do capital social.

QUADRO 8

Empresas espanholas ou com participação de capital espanhol segundo a origem do investimento (1988)

Participação espanhola no capital social (%)	N.º de empresas				
	Total		Joint-ventures		
	N.º	%	Portugal e Espanha	Portugal Espanha e outros países	Espanha e outros países
100	147	35,6	0	0	0
75-100	72	17,4	58	7	7
50-75	76	18,4	70	0	6
25-50	58	14,0	51	4	3
< 25	60	14,5	27	22	11
TOTAL	413	100,0	206	33	27

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e Banco de Fomento Nacional.

64,4 % das empresas com representação espanhola constituem *joint-ventures* com outros países, dos quais Portugal é, de longe, o mais importante. Contudo, os casos em que a participação espanhola é maioritária são claramente dominantes.

As associações simultâneas com Portugal e outros países ou apenas com outros países estrangeiros têm reduzida dimensão e, contrariamente ao que se verifica com as *joint-ventures* que envolvem apenas os estados ibéricos, nestes casos, o capital espanhol tem reduzida expressão.

Em *síntese*, os resultados da análise efectuada sugerem uma mudança gradual, no período pós-adesão, da estratégia de penetração do investimento espanhol em Portugal. Na realidade, enquanto numa primeira etapa parecem ter sido privilegiados (em termos numéricos) os investimentos autónomos de pequeno montante e dirigidos fundamentalmente para o comércio grossista, progressivamente tem-se assistido à diversificação das actividades, com posições importantes na indústria transformadora e em sectores mais especulativos, alargando-se, ao mesmo tempo, o número de projectos de grande vulto e as associações com empresas portuguesas e de outros países estrangeiros.

3. A GEOGRAFIA DO INVESTIMENTO DIRECTO ESPANHOL EM PORTUGAL

Os comentários, de carácter global, apresentados anteriormente ocultam disparidades regionais significativas. Torna-se, portanto, necessário analisar a geografia do investimento directo espanhol em Portugal, de forma a identificar os contornos e o significado do *puzzle* territorial que se tem vindo a consolidar neste domínio. Considerar-se-ão, num primeiro momento, os *padrões de localização* e, posteriormente, algumas das *relações de dependência que tendem a gerar-se entre localidades e regiões de ambos os países*; nos dois casos, os resultados obtidos serão encarados na óptica do desenvolvimento regional, tentando-se perscrutar em que medida as tendências actuais, ou previsíveis a curto prazo, parecem favorecer ou cercear as possibilidades de desenvolvimento das diversas áreas do país.

3.1. *Os padrões de localização*

A caracterização geográfica do investimento directo espanhol permite detectar em que medida uma mesma tendência global — o acentuado reforço da penetração de capitais espanhóis em Portugal — se articula com especificidades locais — condições desiguais no que se refere a mercados, acessibilidades, disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra, etc. —, concretizando-se por uma «ocupação» bastante diferenciada das diversas parcelas do território nacional.

CARRIÈRE (1988), num estudo sobre investimento estrangeiro e dinâmicas regionais em Portugal, sustenta uma tese segundo a qual o grau de inserção das diferentes áreas na divisão internacional do trabalho, em geral, e a presença de investimento directo estrangeiro, em particular, contribuem para reforçar as disparidades regionais e para acentuar as especificidades produtivas das várias regiões. Segundo aquele autor, o investimento directo estrangeiro «contribui largamente para a definição do modelo de especialização da economia portuguesa e para a configuração das estruturas produtivas do país» (p. 5), embora reconheça simultaneamente, com base na informação estatística analisada, que este tipo de investimento apresenta comportamentos bastante diferenciados conforme o país de origem. Refira-se desde já que os dados disponíveis relativamente ao investimento directo espanhol, se parecem apoiar a hipótese de os capitais estrangeiros contribuírem para o acentuar das disparidades regionais, não se apresentam, contudo, tão conclusivos no que se refere à tendência para reforçarem as especificidades produtivas das diversas regiões.

Nos quadros 9 e 10 resume-se o fundamental da informação que foi possível afectar a cada uma das regiões do país ⁽⁵⁾. Da sua leitura, merecem destaque os seguintes aspectos:

⁽⁵⁾ Considerou-se a partição territorial utilizada em GASPAS (1987): Norte Litoral, Área Metropolitana do Porto, Norte e Centro Interior, Centro Litoral, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve. As duas áreas metropolitanas foram ainda subdivididas em Lisboa ou Porto e restantes municípios (Lisboa-subúrbios e Porto-subúrbios) e no Norte e Centro Interior e no Alentejo autonomizaram-se os concelhos que incluem as sedes de distrito.

QUADRO 9

Distribuição regional do investimento directo espanhol em Portugal (1988): empresas, origem do capital e ramos de actividade

Regiões	Empresas		Capital social (%)	Invest. estrang. (%)	Invest. esp. (%)	Actividade (% face ao total de empresas)						
	N.º	(%)				1	2	3	4	5	6	7
Norte Litoral	17	4,08	0,40	0,55	0,81	26,32	4,00	5,26	2,27	0,00	0,00	1,59
A. M. Porto	59	14,15	5,42 (1)	5,52 (1)	7,73 (1)	10,53	18,67	8,77	17,05	21,43	19,23	1,59
Porto	29	6,95	1,22 (1)	1,68 (1)	2,49 (1)	5,26	4,67	7,02	13,64	21,43	7,69	0,00
Resto	30	7,19	4,19	3,83	5,24	5,26	14,00	1,75	3,41	0,00	11,54	1,59
Centro Litoral	29	6,95	12,92	15,62	15,63	10,53	12,67	1,75	6,82	0,00	3,85	0,00
A. M. Lisboa	283	67,87	76,02 (2)	72,86 (2)	71,29 (2)	21,05	52,67	84,21	72,73	64,29	76,92	93,65
Lisboa	217	52,04	50,92 (2)	58,29 (2)	57,29 (2)	15,79	32,00	59,65	60,23	35,71	73,08	87,30
Resto	66	15,83	25,10	14,56	14,00	5,26	20,67	24,56	12,50	28,58	3,85	6,35
Algarve	10	2,40	0,72	1,08	1,57	5,56	3,33	0,00	0,00	14,29	0,00	3,17
Norte e Centro Interior	9	2,16	0,86	1,18	1,75	5,26	4,67	0,00	1,14	0,00	0,00	0,00
Sedes de distrito	5	1,20	0,80	1,15	1,70	0,00	2,67	0,00	1,14	0,00	0,00	0,00
Resto	4	0,96	0,05	0,03	0,05	5,26	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alentejo	10	2,40	3,67	3,20	1,22	21,05	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sedes de distrito	6	1,44	3,60	3,10	1,06	15,79	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto	4	0,96	0,07	0,10	0,15	5,26	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	417	100,00	100,00 (1)	100,00 (1)	100,00 (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(1) Não inclui uma empresa para a qual não há dados.

(2) Não inclui duas empresas para as quais não há dados.

(3) Não inclui três empresas para as quais não há dados.

(4) Não inclui quatro empresas para as quais não há dados.

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e Banco de Fomento Nacional (com tratamento próprio).

Actividade: 1 — Agric., pesca e ind. extract.; 2 — Ind. transf. e const. civil; 3 — Comércio grossista de apoio às actividades económicas; 4 — Comércio grossista de apoio a retalhistas/consumo final; 5 — Comércio a retalho, restaurantes e hotéis; 6 — Transportes e comunicações; 7 — Bancos, seguros, op. sobre imóveis e serviços diversos.

QUADRO 10

Estrutura regional do investimento espanhol em Portugal (1988)

Regiões	Capital social médio (1000 escudos)	Invest. espanhol (%)	Inv. estr. excepto Espanha (%)	Invest. nacional (%)	Média invest. espanhol (%)	Média inv. estr. excepto Espanha (%)	Média inv. nac. (%)	Actividade (% do total de empresas)							
								1	2	3	4	5	6	7	
Norte Litoral	7 855,5	86,0	0,0	14,0	76,3	0,0	23,7	29,4	35,3	17,6	11,8	0,0	0,0	0,0	5,9
A. M. Porto	30 879,6 (1)	61,0 (1)	3,7 (1)	35,3 (1)	70,5 (1)	3,7 (1)	25,3 (1)	3,4	47,5	8,5	25,4	5,1	8,5	1,7	
Porto	14 461,3 (1)	87,0 (1)	0,4 (1)	12,7 (1)	76,6 (1)	0,5 (1)	22,3 (1)	3,4	24,1	13,8	41,4	10,3	6,9	0,0	
Resto	46 203,3	53,4	4,7	41,9	64,7	6,7	28,6	3,3	70,0	3,3	10,0	0,0	10,0	3,3	
Centro Litoral	147 315,7	51,7	25,1	23,2	58,7	4,7	36,6	6,9	65,5	3,4	20,7	0,0	3,4	0,0	
A. M. Lisboa	89 793,4 (3)	40,1 (3)	20,8 (3)	39,1 (3)	68,1 (3)	8,2 (3)	23,7 (3)	1,4	27,9	17,0	22,6	3,2	7,1	20,8	
Lisboa	78 327,2 (3)	48,1 (2)	24,6 (2)	27,3 (2)	70,2 (3)	85,9 (2)	23,9 (2)	1,4	22,1	15,7	24,4	2,3	8,8	25,3	
Resto	127 720,0 (1)	23,8 (1)	13,0 (1)	63,2 (1)	61,4 (1)	15,8 (1)	22,9 (1)	1,5	47,0	21,2	16,7	6,1	1,5	6,1	
Algarve	23 944,0	92,7	1,9	5,4	71,8	14,9	13,3	10,0	50,0	0,0	0,0	20,0	0,0	20,0	
Norte e Centro Interior	31 450,0	87,2	0,5	12,3	61,8	1,8	36,4	11,1	77,8	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	
Sedes de distrito	53 110,0	90,4	0,5	9,1	69,6	3,3	27,1	0,0	80,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	
Resto	4 375,0	38,5	0,0	61,5	62,0	0,0	48,0	25,0	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Alentejo	121 333,5	14,2	41,2	44,6	69,1	5,0	25,9	40,0	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Sedes de distrito	198 366,7	12,6	42,0	45,4	58,1	8,3	33,6	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Resto	5 783,8	94,3	0,0	5,7	85,6	0,0	14,4	25,0	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
TOTAL	80 083,9 (4)	42,7 (1)	20,8 (1)	36,5 (1)	68,1 (1)	6,9 (1)	25,0 (1)	4,6	36,0	13,7	21,1	3,4	6,2	15,1	

(1) Não inclui uma empresa para a qual não há dados.

(2) Não inclui duas empresas para as quais não há dados.

(3) Não inclui três empresas para as quais não há dados.

(4) Não inclui quatro empresas para as quais não há dados.

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e Banco de Fomento Nacional (com tratamento próprio).

a) O investimento directo espanhol apresenta um *padrão de localização* fortemente concentrado, privilegiando sobretudo a Área Metropolitana de Lisboa (fig. 1). Se se retiverem como pontos de referência (quadro 11) o peso percentual de cada uma das regiões em termos de população activa (1981) ou o seu contributo para o valor acrescentado bruto (V. A. B.) do Continente (1985), facilmente se verifica que o investimento directo espanhol se encontra «sub-representado» em todas as regiões do país, à excepção da Área Metropolitana de Lisboa.

QUADRO 11

Concentração regional do investimento directo espanhol, relativamente à população activa e ao V. A. B.

Regiões	População activa (1981) (%)	VAB (1985) (%)	Investimento directo espanhol (1987)	
			Empresas (%)	Capital social (%)
Norte Litoral	15,0	7,9	4,1	0,4
Norte e Centro Interior	12,3	8,2	2,2	0,9
Area Met. do Porto	12,8	17,3	14,1	5,4
Centro Litoral	21,6	17,8	6,9	12,9
Área Met. de Lisboa	29,2	41,7	67,9	76,0
Alentejo	5,8	4,1	2,4	3,7
Algarve	3,3	3,0	2,4	0,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola e Banco de Fomento Nacional (com tratamento próprio).

Esta concentração é, aliás, tanto mais significativa quanto se observa que é mais elevada no que se refere ao capital social do que ao número de empresas. Este resultado permite deduzir que a acentuada concentração espacial existente não se limita a uma questão de grau (quantidade), mas encerra igualmente diferenças de génese e natureza.

b) *A estrutura do capital social* por país de origem confirma a dedução anterior. Na realidade, os capitais espanhóis tendem a ser significativamente dominantes em todas as áreas, excepto naquelas onde o peso percentual em termos de capital

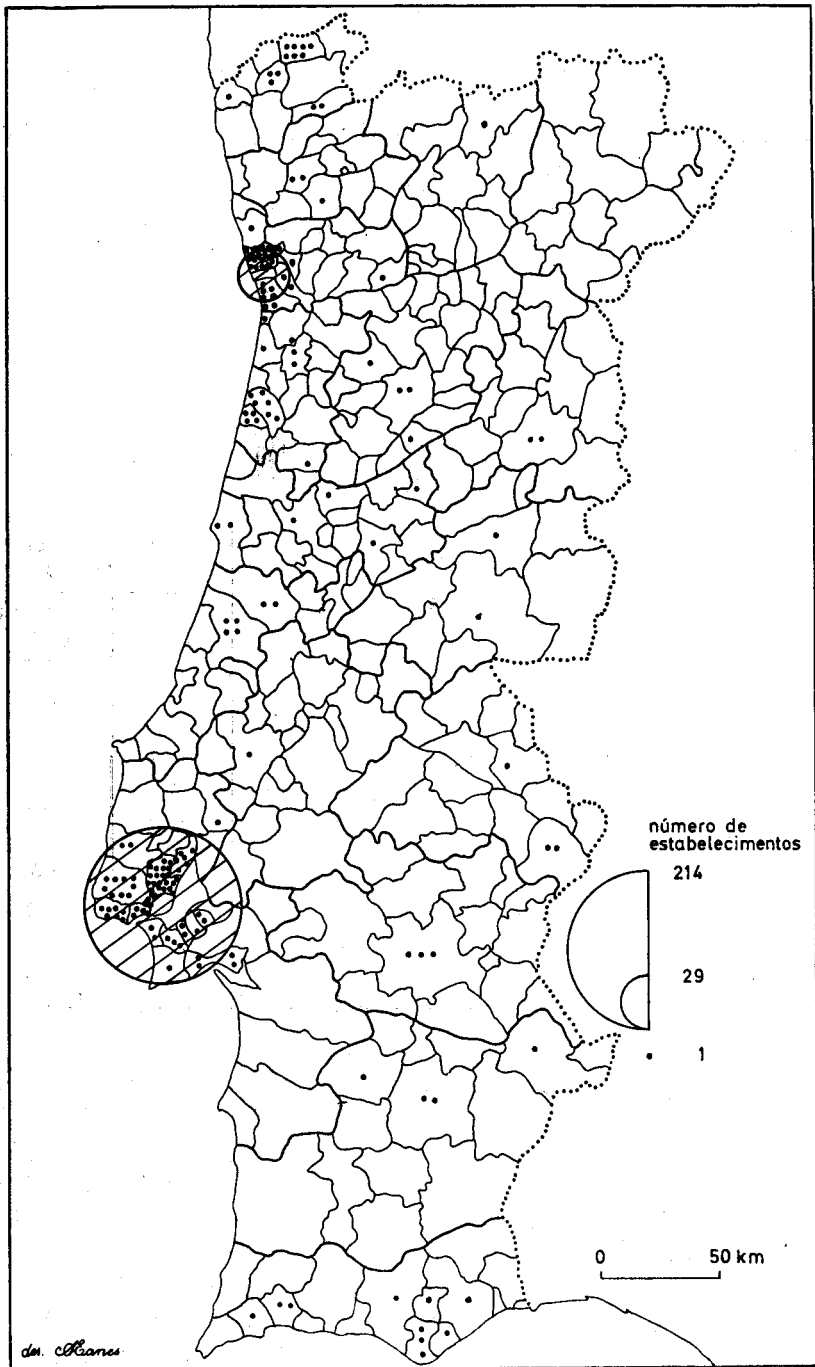


Fig. 1.—Localização das empresas espanholas ou com participação de capital proveniente de Espanha (1988).

social é superior ao que concerne o número de empresas existentes: Centro Litoral, Área Metropolitana de Lisboa (sobretudo nos municípios exteriores à Capital) e sedes de distrito do Alentejo. Este facto sugere a ocorrência de estratégias de penetração diferenciadas: mais autónomas por parte de empresas de menor dimensão e por certo menos complexas em termos organizacionais ⁽⁶⁾; envolvendo uma associação mais intensa com capitais não espanhóis (portugueses ou de outras nacionalidades), nos casos opostos.

Uma visão regionalizada do peso relativo dessas várias estratégias pode ver-se na figura 2: domínio claro (valores superiores a 85%) da componente de investimento espanhol nas áreas incluídas no Grupo A (Norte Litoral, Porto, Algarve, Alentejo-resto e Norte e Centro Interior-sedes de distrito); associação importante com capitais de origem nacional nas áreas englobadas em B (Porto-subúrbios, Lisboa-subúrbios e Norte e Centro Interior-resto); participação relevante de investimento espanhol, nacional e de outros países em C (Centro Litoral, Lisboa, Alentejo-sedes de distrito). Se se exceptuar as sedes de distrito do Alentejo e o Norte e Centro Interior-resto, pouco significativos na medida em que possuem um número muito reduzido de empresas com capital espanhol ⁽⁷⁾, parece possível sublinhar uma relação tendencial entre grau de desenvolvimento regional, por um lado, e diversidade da estrutura do capital social/dimensão da empresa/complexidade organizacional, pelo outro. Esta hipótese, a confirmar-se — o que apenas será possível com base em informação mais pormenorizada ⁽⁸⁾ —, vem de encontro ao primeiro aspecto da tese defendida por CARRIÈRE, segundo a qual o investimento directo estrangeiro contribui para reforçar as disparidades regionais.

⁽⁶⁾ O capital social de uma empresa pode ser considerado, ainda que com alguma prudência, como indicador de dimensão e de complexidade em termos de organização empresarial.

⁽⁷⁾ 6 e 4, respectivamente. Aliás, o resultado referente às sedes de distrito do Alentejo reflecte a presença francamente minoritária de capitais espanhóis numa empresa de grande dimensão (Finicisa, em Portalegre).

⁽⁸⁾ Vejam-se, por exemplo, as conclusões a que DUPUY e SAVARY (1987), com base em estudos monográficos, puderam chegar sobre os diversos tipos de relações existentes entre grupos estrangeiros e desenvolvimento das regiões francesas.

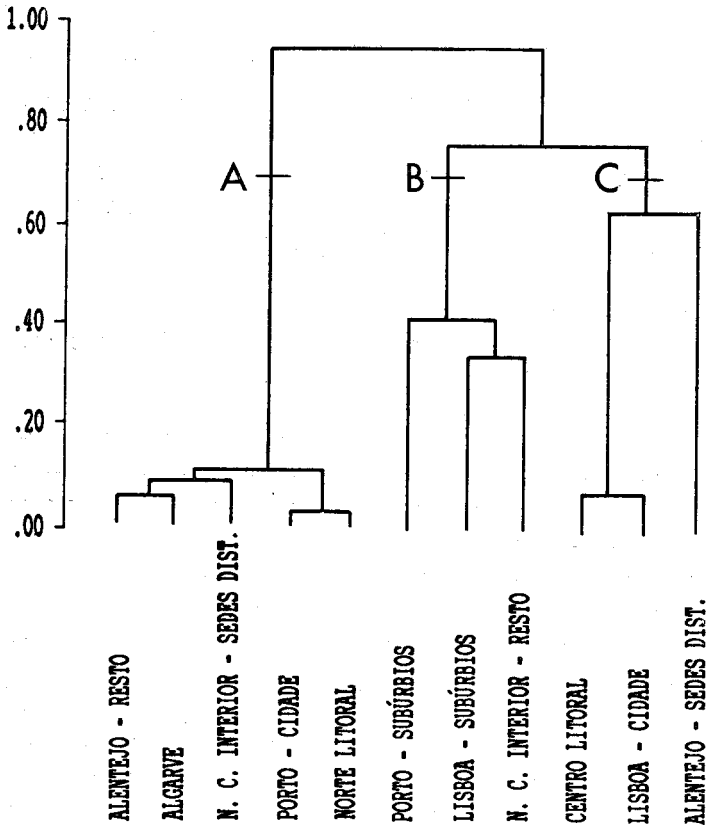


Fig. 2 — Tipologia regional, tendo por base a origem geográfica do capital social de empresas com participação de investimento espanhol (considerou-se a distância euclidiana e, como estratégia de agrupamento, utilizou-se a distância média).

c) As *actividades* desenvolvidas pelas diversas empresas do universo em análise, consideradas quer em termos de perfis regionais (quadro 10) quer com base no contributo, em cada ramo, das diversas áreas para o total do Continente (quadro 9), parecem indiciar uma forte associação entre desenvolvimento regional e diversidade económica.

Na realidade, apenas em Lisboa e no Porto o somatório das actividades agricultura/indústria extractiva e indústria transformadora/construção civil surge claramente minoritário.

Por outro lado, e na generalidade, esse total tende a ser tanto mais elevado e dependente do primeiro subconjunto (agricultura/indústria extractiva) quanto menor for o desenvolvimento das regiões: veja-se o caso de todo o Alentejo e ainda do Norte e Centro Interior-resto (figura 3).

As outras áreas do país ocupam posições intermédias, entre aqueles dois extremos. Embora com predomínio global do conjunto agricultura/indústria extractiva e indústria transformadora/construção civil, o comércio grossista de apoio às actividades económicas (Norte e Centro Interior-sedes de distrito, Centro Litoral, Norte Litoral e Lisboa-subúrbios) ou a retalhistas/consumo final (Norte Litoral e Lisboa-subúrbios), os transportes (Porto-subúrbios) ⁽⁹⁾ e o comércio a retalho/restaurantes/café (Lisboa-subúrbios e Algarve) alcançam valores igualmente significativos em diversas áreas.

Os resultados obtidos sugerem alguns comentários adicionais:

A indústria transformadora polariza uma parcela muito considerável do investimento directo espanhol em áreas que evidenciam graus de industrialização muito diversificados, o que permite colocar algumas dúvidas relativamente ao segundo aspecto da tese de CARRIÈRE, segundo a qual o investimento directo estrangeiro contribui para reforçar os perfis de especialização produtiva existentes. Aliás, a consulta atenta das actividades desenvolvidas por cada uma das 417 empresas que constituem o universo em análise deixa adivinhar a ocorrência de factores de localização muito distintos, o que, se nalguns casos se traduz pelo prolongamento de tradições produtivas locais, noutros reflecte, pelo contrário, a emergência de novos segmentos de actividade, implantados quer numa óptica de enclave, quer procurando fomentar e conquistar mercados potenciais mas ainda inaproveitados por parte de empresas existentes na área.

A associação desenvolvimento regional/diversidade de actividades económicas, sendo globalmente verdadeira, não deve ocultar a ocorrência de relações de causalidade diversificadas entre aqueles dois aspectos. A especificidade das zonas fron-

⁽⁹⁾ Importância de Matosinhos como nó de transportes (sobretudo marítimo e camionagem de longo curso).

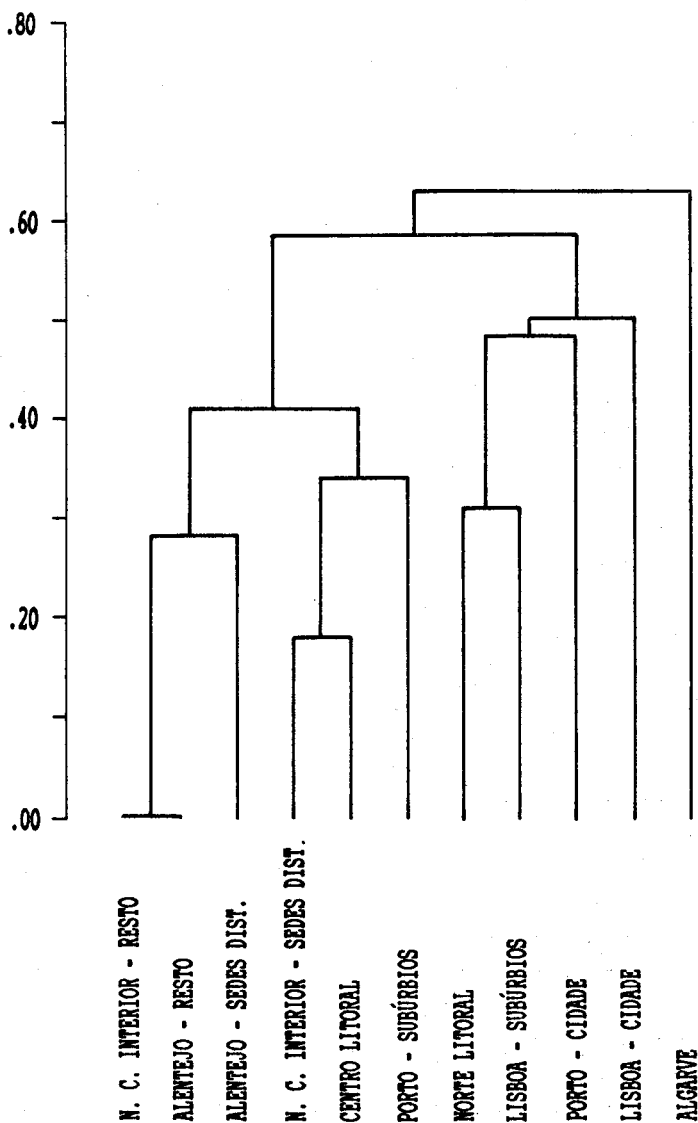


Fig. 3 — Tipologia regional, tendo por base a estrutura sectorial das empresas com participação de investimento espanhol (considerou-se a distância euclidiana e, como estratégia de agrupamento, utilizou-se a distância média).

teiriças mais dinâmicas — veja-se, por exemplo, o peso obtido pelo comércio grossista destinado a retalhistas/consumo final no Norte Litoral — constitui talvez o caso mais evidente, mas certamente não o único, da complexidade que, sem negar a associação acima referida, lhe impõe limites evidentes de forma a impedir interpretações demasiado generalizantes.

Por outro lado, a diversidade das actividades económicas não pode ser avaliada unicamente com base na estrutura sectorial existente em cada região. Na realidade, um mesmo ramo pode, ele próprio, englobar actividades desigualmente diversificadas: por exemplo, o *item* «agricultura/indústria extractiva» no Norte Litoral inclui domínios tão distintos como a avicultura, a lombricultura, a produção de vinho ou de kiwi, enquanto no Alentejo se limita quase que exclusivamente a sociedades mineiras; outros casos, porventura ainda mais significativos, poderiam facilmente ser apontados no interior da indústria transformadora.

Em resumo, parece legítimo defender, com base nos resultados obtidos, a existência de uma associação globalmente significativa entre desenvolvimento regional e diversidade de actividades económicas, sem, contudo, ignorar a ocorrência de situações também significativas mas que, pela sua especificidade, não se enquadram necessariamente nesse tipo de relação.

Assim sendo, o papel do investimento directo estrangeiro como elemento responsável pelo reforço das disparidades regionais surge aqui confirmado em duas frentes analíticas: dimensão da empresa/estrutura do capital social/complexidade organizacional, por um lado, e diversidade das actividades desenvolvidas, pelo outro. De qualquer modo, só dispondo de informação relativa a aspectos tão decisivos como a estrutura do emprego ou os efeitos multiplicativos localmente desencadeados se torna possível detectar, com o necessário rigor, os contornos regionalmente diversificados da relação existente entre investimento directo estrangeiro e desenvolvimento regional.

3.2. *Relações inter-regionais: interacção e dependência*

Embora a informação disponível não inclua indicações sobre a intensidade e o tipo de fluxos que se geram entre diferentes áreas dos dois países, torna-se possível, ainda assim,

tecer algumas considerações, de carácter necessariamente genérico e especulativo, sobre essa questão. Abordar-se-ão dois aspectos que parecem de interesse crucial: *relações transfronteiriças e interacção urbana*.

3.2.1. Relações transfronteiriças: mobilidade de capitais numa óptica de contiguidade espacial

CARDOSO (1986) sublinha correctamente a inexistência de sistemas produtivos transfronteiriços, mesmo nas áreas onde a passagem de importantes eixos de circulação internacional (Valença/Tuy, Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro, Elvas/Badajoz, Vila Real de Santo António/Ayamonte) ou a ocorrência de fortes laços de identidade cultural (Minho/Galiza) poderão constituir factores relevantes de cooperação entre agentes, individuais e institucionais, de ambos os países.

Na figura 1, onde se cartografa a localização das 417 empresas que constituem o universo em análise, três factos merecem, quanto a este aspecto, serem relevados:

— dos distritos que possuem contiguidade física com território espanhol, apenas dois — Viana do Castelo e Faro — evidenciam uma presença significativa de investimento espanhol, isto é, sugerem a existência de fronteiras com elevado grau de permeabilidade;

— nos restantes distritos, a maior parte das unidades localizam-se nas aglomerações mais populosas, sejam elas sedes de distrito (Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja) ou não (Chaves, Fundão, Elvas);

— pelo contrário, em Faro e sobretudo Viana do Castelo é possível observar padrões de distribuição espacial que englobam municípios com graus de urbanização muito distintos.

Com base nestes resultados, parece legítimo colocar a hipótese de existirem comportamentos locativamente diferenciados por parte de empresas provenientes de regiões distintas do país vizinho: os *investimentos de âmbito transfronteiriço*, geralmente de menor dimensão, menos exigentes no que se refere às condições locais de recepção e, por certo, mais sensíveis a factores de localização subjectivos e de ordem pessoal, revelam padrões de distribuição geográfica mais dispersos; pelo contrário, os capitais que, embora optando igualmente

por uma implantação próxima da fronteira, o fazem por razões *estratégicas* — ocorrência simultânea, por exemplo, de disponibilidade de matéria-prima e/ou mão-de-obra, boas condições de acessibilidade e mercados locais relativamente dinâmicos — indiciam comportamentos que tendem a privilegiar as aglomerações de maior dimensão.

Esta hipótese, a confirmar-se, permite sublinhar a importância que as políticas de cooperação institucional podem desempenhar como catalisadores da constituição de sistemas produtivos transfronteiriços que utilizem as potencialidades e capacidades existentes em áreas rurais do interior. Pelo contrário, na ausência de espaços de fronteira fortemente permeáveis e de políticas de solidariedade transfronteiriça, o investimento directo espanhol (e o investimento estrangeiro, em geral), à excepção dos casos em que existe uma forte dependência da localização dos recursos naturais utilizados como matéria-prima, incidirá sobre os aglomerados mais populosos, reforçando as desigualdades regionais de dinamismo económico e, muito provavelmente, social.

Refira-se, por último, que a tendência evidenciada por diversas empresas, sobretudo espanholas mas também nacionais, para organizar a penetração no país vizinho a partir de unidades (centros de distribuição) localizadas em áreas fronteiriças e investir, numa primeira fase, em regiões que lhes ficam contíguas, poderá igualmente contribuir para consolidar contactos e frentes de cooperação envolvendo agentes de territórios de ambos os lados da fronteira.

3.2.2. Interação urbana: o investimento estrangeiro como factor de hierarquização urbana

Deve-se sobretudo a BARCIELA (1988) o facto de ter chamado a atenção, de forma sistemática, para o agravamento da situação de dependência em que Portugal se encontra face a *serviços estratégicos* (*marketing*, controlo de qualidade, publicidade, *design*, etc.) localizados em Espanha, particularmente em Madrid.

De facto, as empresas, multinacionais ou de base espanhola, com maior complexidade organizacional e, portanto, com maior exigência no que se refere aos diferentes serviços de apoio à

actividade que desenvolvem, recorrem habitualmente à «sede espanhola» ou a empresas autónomas de serviços especializados implantadas no país vizinho. As consequências para Portugal são evidentes: bloqueamento da expansão deste tipo de serviços, que deveriam desenvolver-se numa óptica de fileira, assegurando tanto quanto possível a prestação global do ciclo produção/serviços de apoio; cerceamento de uma das componentes fundamentais de modernização dos tecidos económico-sociais urbanos e integração crescente das principais aglomerações portuguesas, e sobretudo de Lisboa, numa rede que tende a configurar-se ao nível do conjunto da Península Ibérica, sob o «comando funcional» de Madrid.

Esta tendência, refere BARCIELA, acentuar-se-á, por certo, com a abolição das barreiras alfandegárias e a expansão do Mercado Único, na medida em que a Espanha, em geral, e os seus principais centros urbanos, em particular, constituem mercados de emprego, produtos e serviços mais dinâmicos e desenvolvidos.

Do ponto de vista das condições de desenvolvimento regional, este conjunto de comentários aconselha uma particular atenção relativamente aos *serviços de apoio às actividades económicas*, não só como factores estratégicos para a consolidação e modernização dos tecidos socioprodutivos das várias parcelas do território nacional mas ainda como elementos indispensáveis para garantir aos centros urbanos portugueses um papel central no processo de internacionalização do país. Torna-se, portanto, urgente a definição de *políticas de promoção da procura e da oferta deste tipo de serviços*, que, levando em conta as especificidades das diversas regiões e as diferentes componentes de integração de Portugal em espaços económicos cada vez mais amplos, complexos e competitivos, permitam evitar algumas das frentes de dependência actualmente detectáveis.

BIBLIOGRAFIA

- BARCIELA, F. (1988) — «Multinacionais preferem Madrid a Lisboa». *Diário de Notícias, suplemento Economia*, 12 e 19/12/1988.
- CARDOSO, A. (1986) — «As zonas fronteiriças entre Portugal e Espanha no processo de integração económica». *Estudos de Economia*, vol. VI, n.º 2, p. 111-127.

- CARRIÈRE, J. P. (1988) — «Investissements étrangers et dynamiques régionales: analyse de la contribution des investissements étrangers à la formation des disparités régionales au Portugal». Comunicação apresentada na Conferência *Dynamiques régionales et urbaines en Méditerranée*, Sfax, Tunísia.
- DUPUY, C. e SAVARY, J. (1987) — «Groupes étrangers et développement des régions françaises: une approche théorique», em *Industries et Régions*. Economica, Paris, p. 113-153.
- GASPAR, J. (1987) — *Portugal, os Próximos 20 Anos. I vol. A Ocupação e a Organização do Território. Retrospectiva e Tendências*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ORDAZ, PEDRO (1987) — «Relações comerciais com a Espanha (1987-1988)», *Cadernos Cesó* n.º 4, p. 7-25.
- ROMÃO, ANTÓNIO (1988) — «Relações Portugal/Espanha: notas para um balanço parcial do primeiro ano da adesão à CEE», em *A Economia Portuguesa Face à CEE — Balanço de um Ano de Integração*. Livros Horizonte, Lisboa, p. 165-179.
- SIMÕES, V. (1989) — «Investimento estrangeiro no quadro da integração ibérica», *Revista do Centro de Estudos «Economia e Sociedade»*, CESO, n.º 1, p. 161-176.

SUMMARY

The paper presents an analysis of Spanish direct investment in Portugal as an example of the type of relationship of which can be identified between foreign investment and regional development.

After a brief reference to the recent development of Portuguese — Spanish relations, analysed through the evolution of trade and direct bilateral investments, analysis is made of Spanish investment in Portugal in recent years in relation to different strategies of penetration in Portugal.

A complementary analysis is made of the geography of Spanish direct investment in Portugal, where not only the current patterns of location but also the relations of dependency which are being generated between localities and regions in the two countries are considered. Of particular concern are the crossborder relations between border regions and the interaction existing between the urban centers in Spain and Portugal, above all between Lisbon and Madrid.

The results obtained confirm that, apart from a few aspects, direct Spanish investment contributes to increase existing regional disparities, but also to reinforce the configuration of an urban network covering all of the Iberian peninsula which tends to be dominated, in functional terms, by Madrid. Policies of cross-border cooperation and production of specialised producer services are proposed in order to avoid the observed tendencies.

RÉSUMÉ

Dans ce texte, l'investissement direct espagnol au Portugal est analysé comme exemple du type de relations qui peuvent s'établir entre investissement étranger et développement régional.

Après une brève référence à la récente expansion des relations luso-espagnoles, évaluées à travers de l'évolution du commerce extérieure et des investissements directs bi-latéraux, on procède à une caractérisation de l'investissement espagnol effectué au Portugal ces dernières années en soulignant l'existence de différentes stratégies de pénétration dans notre pays.

De façon complémentaire on analyse la géographie de l'investissement direct espagnol au Portugal considérant, non seulement les configurations actuelles de localisation, mais aussi les relations de dépendance qui tendent à apparaître entre localités et régions des deux pays. Un relief particulier est accordé aux relations transfrontalières et à l'interaction existant entre les centres urbains portugais et espagnols (surtout Lisbonne et Madrid).

Les résultats obtenus nous permettent d'affirmer que, sur certains aspects, l'investissement direct espagnol a contribué à accentuer les disparités régionales existantes et a renforcé la configuration du réseau urbain structuré au niveau de l'ensemble de la Péninsule Ibérique sous l'influence de Madrid.

Des politiques de coopération transfrontalière et de promotion de l'offre et de la demande de services spécialisés d'aide aux activités économiques, constituent quelques unes des mesures proposées pour faire face aux tendances détectées.